

III Seminário de Pesquisa Interdisciplinar
A primeira década novo milênio: sociedade, instituições e inovações
Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 9, 10 e 11 de maio de 2011

COMÉRCIO INTERNACIONAL E A FORMAÇÃO DE PARCEIRIAS BRASILEIRAS
A Política Externa Brasileira pela ótica do PT e do PSDB¹

Lucas Ribeiro Mesquita

Bacharel em Relações Internacionais pela PUC Minas. Mestrando em Ciência Política pelo Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Resumo

Analisando a ação e os programas do PSDB e do PT, o artigo procura compreender a participação partidária na PEB ilustrada pelo “pensamento” e atuação partidária na política externa, especificamente sobre Comércio Internacional e Formação de Parcerias. Partimos da hipótese que o aumento do número de atores e a recente ascensão dos assuntos exteriores na política nacional, os partidos tiveram que lidar, ou iniciar com temas anteriormente distante, através da incorporação de pontos de atuação em política externa em seus programas partidários. Essa politização leva tanto o governo quanto a oposição a participar do processo de discussão da PEB, mas em arenas e com formas de atuação diferentes, devido ao lócus e os mecanismos que os partidos possuem na administração federal, e em alinhamento as linhas ideológicas historicamente apresentadas pelos partidos na discussão sobre política nacional.

Palavras chave: Política Externa Brasileira, Partido dos Trabalhadores, Partido da Social Democracia Brasileira, Comércio Internacional, Parcerias Estratégicas

Abstract

Analyzing the actions and political programs of PSDB and PT, the article attempts to understand the party participation in the PEB, illustrated by the thought and acting in Brazilian foreign policy, specifically on International Trade and Partner Preferences. Our hypothesis is based on that increasing the number of actors and the recent rise of foreign affairs in national politics, parties had to deal, or start a thought, about points and action in foreign policy in their party programs. This politicization leads both the government and the opposition to participate in the discussion process of the PEB, but in arenas and ways to act, due to the locus and mechanisms that the parties have in the federal administration, and ideological lines on alignment historically presented by the parties in the discussion in national policy.

Key Words: Brazilian Foreign Policy. Workers Party (PT), Brazilian Party of Social Democracy (PSDB), International Trade, Partner Preferences

¹ Trabalho apresentado ao GT04 “A primeira década novo milênio” do III Seminário de Pesquisa Interdisciplinar – Florianópolis, 9,10 e 11 de maio de 2011.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho busca explorar a recente discussão acerca de uma possível partidarização da Política Externa Brasileira (PEB) Contemporânea, tomando como estudo de caso as diretrizes partidárias dos principais partidos políticos durante o período compreendido entre 2003 e 2010.

O trabalho de forma singela, busca preencher uma lacuna nos estudos da política externa brasileira – o estudo sistemático da relação entre partidos políticos e política externa - apresentando possibilidades de análise, e assim esperando, adicionar informações para trabalhos posteriores no campo da análise da política externa brasileira.

Partindo da análise da ação e dos programas dos dois mais influentes partidos brasileiros, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Partido dos Trabalhadores (PT), o artigo apresenta de forma sistematizada o “pensamento partidário” sobre a política externa, para que dessa forma seja possível analisar a participação partidária na Política Externa Brasileira, em dois temas que acreditamos ser um dos mais sensíveis da discussão internacional brasileira, o comércio internacional e a formação de parcerias estratégicas.

Como instrumento de análise o artigo se pautará em documentos e discursos produzidos pelos representantes dos respectivos partidos. Consideramos como representantes não somente os políticos profissionais *stricto sensu*, mas todos aqueles que de alguma forma se vinculam explicitamente ao partido.

Para o Partido dos Trabalhadores utilizaremos como documentos base a Proposta de Resolução apresentada pela Secretaria de Relações Internacionais ao 4º Congresso do Partido dos Trabalhadores, e as Resoluções Finais do 3º e do 4º Congresso, os artigos e declarações produzidas pela Secretaria de Relações Internacionais do PT e pela Fundação Perseu Abramo também servirão de material empírico para a pesquisa.

No estudo do Partido da Social Democracia Brasileira, utilizaremos das

declarações de importantes políticos “*tucanos*”² e personalidades, entre eles o ex-embaixador brasileiro Rubens Barbosa, e o ex-chanceler Celso Lafer (governo FHC), além de também de artigos, entrevistas e discursos desses e de outros representantes partidários que versam sobre a temática.

Ficamos tranquilos em vincular essas personalidade ao pensamento partidário, mesmo que esses não sejam diretamente filiados ao PSDB primeiramente por causa de sua postura em relação a política externa, e por ser de conhecimento público a participação desses no pensamento partidário. Exemplo é que ambas as personalidades participaram no ano de 2007 do 3º Congresso do PSDB, em mesas intituladas de *Os Desafios do Brasil no Mundo Globalizado*, as quais versavam sobre política internacional e comércio exterior. Analisaremos também os artigos e estudos produzidos pelo Instituto Teotônio Vilela.

Partimos da hipótese de que com o aumento do número de atores, aliado à ascensão dos assuntos exteriores na política nacional, os partidos tiveram que lidar, ou iniciar um pensamento em política externa, incorporando em seus programas pontos distintos de atuação em política externa, tema que anteriormente era marginalizado dos programas partidário.

Essa politização dos assuntos externos levou tanto o governo quanto a oposição a participar do processo de discussão da PEB, mas em arenas e em formas de atuação diferentes, devido a dois fatores que consideramos de extrema importância. O primeiro é o *locus* e os mecanismos que os partidos possuem na administração pública federal, seguido das diferenças ideológico-programáticas que os partidos historicamente apresentam quando se trata da política externa, o que conjuntamente leva a partidarização da política externa brasileira, ou seja, a capacidade de influência e as diferenças ideológicas resultam nas diferenças programáticas e de pensamento com relação aos temas da PEB contemporânea.

2. O PENSAMENTO INTERNACIONAL DO PSDB

² A referência aos membros do PSDB como tucanos se dá pela analogia com o símbolo do partido, um tucano.

As primeiras demonstrações do Partido da Social Democracia Brasileira em relação à política externa foram apresentadas de forma não muito explícita no seu Manifesto, Programa e Estatuto, de 1985.

O programa pontuava ao longo do texto propostas isoladas, não reservando um campo ao tema da política exterior brasileira, entre elas a promoção do mercado nacional com a integração soberana do país no sistema econômico internacional. O texto também citava o enfrentamento da dívida externa através de uma estratégia compatível com a manutenção da soberania nacional, e por fim afirmava os clássicos princípios de autodeterminação dos povos, da integração latino-americana e da preservação da paz mundial³.

Na campanha presidencial de 1989, o partido lançava Mario Covas a candidatura com uma expressiva plataforma política propondo a reforma de Bretton Woods e do Sistema Financeiro Internacional, inclusive pelo estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional, mais justa e equitativa, reflexo da proposta desenvolvimentista do partido⁴.

Nos segunda eleição direta para o cargo máximo da política nacional, se lançava o ex-ministro da fazenda e das relações exteriores Fernando Henrique Cardoso, que trazia consigo propostas para a política externa refletindo sua postura enquanto ministro.

Com FHC alguns conceitos que seriam posteriormente englobados a política externa, foram apresentados como a inserção competitiva no mundo, a vocação universal da diplomacia brasileira, a integração com a economia mundial, a regionalização aberta, globalização e a democratização das relações internacionais⁵.

As propostas de FHC eram pautadas na democratização das relações internacionais e a defesa do multilateralismo, com regras e instituições bem definidas e da criação de uma área de livre comércio sul americana, sem

³ PSBD. **Manifesto, Programa, Estatuto**. 1985

⁴ GPRI apud ALMEIDA, Paulo Roberto de. A Política Externa nas Campanhas Presidenciais, de 1989 a 2002, e a diplomacia do governo Lula. In: ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Relações internacionais e política externa do Brasil: história e sociologia da diplomacia brasileira**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2004

⁵ ALMEIDA, op. citi

exclusividades uma vez que as relações com os EUA eram prioritárias⁶

Com o governo FHC o processo de formulação da política externa era pela primeira vez tratado por um partido político, no qual era colocado que a diplomacia brasileira deveria procurar bases internas democráticas e instáveis⁷.

Já ocupando o mais alto escalão da política nacional o PSDB e FHC preservaram o posicionamento da política externa brasileira e adotaram como proposta de campanha eleitoral a preservação da política externa e das diretrizes do comércio exterior brasileiro. Em 1998, o PSDB propunha a expansão da participação em foros multilaterais e a inserção no processo de globalização, como oportunidade de “inserir mais decisivamente o Brasil nos grandes fluxos de investimentos diretos⁸”

Com a impossibilidade de lançar FHC à presidência, o PSDB lança José Serra como sucessor do então presidente. No tocante as novas propostas de governo sobre a política externa percebe novamente a manutenção das linhas mestres das propostas de FHC, como o reconhecimento da necessidade de inserção no mundo globalizado e a necessidade de fortalecer o MERCOSUL através da revisão do processo integracionista, enfatizando a zona de livre comércio⁹.

As propostas de Serra¹⁰ enfatizavam a política de comércio exterior do Brasil, privilegiando os incentivos as exportações e a industrialização para a substituição das importações, chegando a afirmar sua intenção de criar um ministério capaz de gerir o comércio exterior, retirando do Itamaraty a prerrogativa decisória.

Como relembra Almeida¹¹, o candidato defendeu sem equívocos a posição do governo brasileiro em relação aos acordos com o FMI, e na questão da ALCA preferiu deixar em aberto sua posição.

⁶ Idem.

⁷ Essa proposta do PSDB representa um reflexo da postura do candidato à frente da Chancelaria brasileira, dado que na chefia do órgão o então ministro procurou trazer os empresários nacionais para o processo decisório nos temas da agenda comercial brasileira.

⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. **Plano de Governo**. 1998

⁹ ALMEIDA, op. cit

¹⁰ Idem.

¹¹ Idem.

a. COMÉRCIO INTERNACIONAL

Para o ex-diplomata Rubens Barbosa¹² a decisão brasileira de privilegiar as negociações multilaterais da Rodada de Doha colocou em segundo plano os entendimentos para avançar em acordos de livre comércio para a abertura de mercados para produtos brasileiros.

As negociações comerciais multilaterais são, reconhecidamente, de alta importância para o Brasil, e economicamente a via mais racional (...). Não obstante, deve-se reconhecer que a estratégia do Itamaraty na atual gestão, privilegiando, por afinidades ideológicas, os países em desenvolvimento (relações Sul-Sul), limitou as possibilidades de o Brasil empreender acordos, com outras categorias de parceiros que desempenham também um papel protagônico no sistema multilateral de comércio. (BARBOSA, 2009)

Para o PSBD existe a necessidade que o comércio exterior brasileiro passe por um amplo processo de revisão. Não somente por meio de sua modernização e eliminação das barreiras internas que dificultam seu crescimento e evolução, mas também pela definição de novas prioridades e pelo estabelecimento de uma organização institucional mais efetiva¹³ e falta uma política econômica eficiente, uma vez que se sobrevaloriza a taxa de câmbio de uma maneira que a importação é incentivada artificialmente e é retirada a competitividade da exportação¹⁴.

Com esse cenário o Brasil, na visão peessedebista¹⁵, se estagnou e ficou a margem das negociações internacionais, uma vez que não fechou acordos bilaterais devido ao demasiado foco no impasse de Doha

A principal crítica do PSDB em matéria de comércio exterior é a queda das exportações brasileiras. Apesar de reconhecerem o impacto da última crise financeira internacional, o partido acredita que foram os fatores estruturais internos ajudaram a piorar a situação, a qual tende a se agravar, aliado a perda de espaço das exportações brasileiras em favor de competidores diretos, como os chineses em

¹² BARBOSA, Rubens. **Notas sobre Comércio Exterior**. 2010b.

¹³ BARBOSA, op. Cit. e SERRA, José. **Serra critica comércio exterior**. Jornal O Hoje. 2010b

¹⁴ SERRA, op. Cit

¹⁵ BARBOSA, op. Cit

particular e os asiáticos em geral¹⁶.

Ao analisar o perfil das exportações brasileiras, o PSDB acredita que elas são adversas a atual demanda internacional. Para o partido¹⁷ progressivamente, as vendas do Brasil para o exterior estão se concentrando em matérias-primas, fato que considera não ser profícuo para o projeto do Brasil de pertencer, dentro de poucos anos, ao grupo das nações de maior desenvolvimento do planeta. Apesar de não desconsiderar a importância das commodities para a pauta de exportações brasileiras, o partido questiona suas vantagens em comparação a produção de bens manufaturados.

Como mecanismos de solução para os entraves do comércio exterior brasileiro, os tucanos acreditam que uma estreita parceria entre governo e setor privado, o qual inclusive deveria participar como parceiro e influenciador do processo decisório. Essa configuração facilitará as negociações de acordos comerciais, além de adotar uma ampla revisão da política comercial externa e do funcionamento das agências intragovernamentais de comércio exterior¹⁸.

Não podemos abrir mão da vocação industrial que o país afirmou a duras penas nestes cem anos. Precisamos identificar e ocupar nichos nos quais nossa produção manufatureira de alto valor agregado possa concorrer com vantagens no mercado internacional (...) Para mantê-la e reforçá-la, além de desmontar a armadilha das políticas monetária e fiscal, devemos concentrar esforços naquilo que faz a diferença dos países bem sucedidos no mundo de hoje (...) Sem medo de rótulos ideológicos, entendendo que o interesse nacional exige tanto governos ativos e responsáveis como a mobilização em grande escala de capitais privados nessa tarefa. (PSDB, 2007)

De acordo com o ex-embaixador Rubens Barbosa¹⁹ – um dos principais críticos da política internacional lulista e influente formador do pensamento peessedebista – essas reformas deveriam focar na melhoria da competitividade, por meio da aprovação de reformas que reduzam o custo Brasil sobre a produção nacional, a despolitização das decisões comerciais e o reexame de algumas das regras do MERCOSUL.

¹⁶ BRASIL REAL. **O dilema das exportações** 2009. Cartas de Conjuntura. Instituto Teotônio Vilela. , Nº 48, Ago. VELLOZO LUCAS, Luiz Paulo. Baixos investimentos retardam o crescimento do país.

Diário Tucano. 2010. PSDB. **Programa Partidário**. 2007. Brasília. Nov.

¹⁷ BRASIL REAL, op.cit

¹⁸ BARBOSA, Rubens. O Impasse de Doha e o Comércio Externo Brasileiro. **Revista Interesse Nacional**. Ano 1 - Edição 4 – Jan/Mar. 2009

Dentre as alternativas possíveis, a nova estratégia deveria focalizar, no tocante aos acordos individuais do Brasil, a abertura de negociações bilaterais com países da região (Brasil/América do Sul) e a ampliação da cobertura e antecipação dos cronogramas de desgravação dos acordos subscritos no âmbito da ALADI. O objetivo deveria ser o de finalizar um acordo de livre comércio com o México e equalizar as tarifas concedidas pelos países-membros da ALADI nos acordos de livre comércio com os EUA (México, Chile, Peru e Colômbia).

No processo de formulação das políticas comerciais as propostas do PSDB vão ao encontro de uma “despolitização da política comercial²⁰”. Um dos projetos centrais de reformulação da política comercial externa e do funcionamento das agências intragovernamentais de comércio exterior, seria fortalecer a Camex, deslocando a decisão e o comando da política comercial para fora do guarda-chuva do Itamaraty, desvinculando-a do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e elevando seu status ao de ministério, passando a responder diretamente ao Presidente²¹.

b. A FORMAÇÃO DE PARCERIAS ESTRATÉGICAS

O PSDB considera a política externa do Governo Lula como terceiro mundista, muito em função daquilo que o partido chama de uma visão equivocada do atual cenário internacional.

Para o partido o mundo de hoje vive a transformação da ordem mundial, tendo como símbolo o processo de globalização, e para o projeto de inserção internacional o Brasil deve estar atento a essas mudanças e se mover dentro do mundo globalizado com os desafios que surgem devido ao aumento da interdependência que é criada pela rapidez dos fluxos de informações e financeiros, pela abertura comercial e pelo processo de integração econômica. (BARBOSA, 2007)

¹⁹ Idem.

²⁰ MELLO, Patrícia Campos, Com Serra, uma diplomacia clássica. **Estado de São Paulo – Caderno Especial “O Brasil no Mundo”**. 2010.

²¹ BARBOSA, Rubens. O Impasse de Doha e o Comércio Externo Brasileiro. **Revista Interesse Nacional**. Ano 1 - Edição 4 – Jan/Mar. 2009

Para o ex-chanceler Celso Lafer²² a diplomacia de prestígio e o voluntarismo da política externa lulista erraram na avaliação das possibilidades externas do País, postura que vem descapitalizando de maneira crescente o soft power da credibilidade internacional do Brasil, comprometendo, desse modo, o próprio prestígio do País. Para o ex-chanceler a diplomacia deve mudar ficando cada vez mais atenta ao jogo das grandes potências, no qual desapontam novas parcerias da China e da Índia com os EUA.

Sobre a inserção brasileira no oriente médio, e a parceria estratégica com o Irã, o PSBD não vê com bons olhos a prática. Inúmeras foram os discursos contrários a prática brasileira alegando perda de credibilidade da e quebra do tradicionalismo da política externa. Para o PSDB²³, a pretensão brasileira em resolver os conflitos do Oriente Médio é utópica e até de certa prejudicial às parcerias históricas brasileiras – leia-se a parceria com os Estados Unidos.

Para o PSDB, a política externa brasileira deve se ajustar a visão peessedebista do cenário internacional, ou seja, a aceitação da liderança dos países desenvolvidos, sobre tudo a liderança estadunidense.

O Brasil não está aproveitando o momento positivo do cenário internacional em termos de Política Externa (...) a política do governo Lula, se recusa a se ajustar ao mundo atual. Há uma recusa em aceitar o cenário político internacional debaixo da liderança dos países desenvolvidos e, sobretudo da posição dos EUA. (BARBOSA, 2007)

A proposta tucana²⁴ é minimizar a política de diversificação dos destinos de exportação brasileira, sob alegação que a estratégia seguiu motivos políticos e não trouxe benefícios concretos, pois as vendas para África e Oriente Médio, continuam sendo inexpressíveis. Uma aposta mais acertada – de acordo como argumentam os defensores do pensamento social-democrata, seria pertinente aprofundar os acordos na América do Sul, liberar o Brasil para mais acordos bilaterais e intensificar as relações com os EUA.

²² LAFER, Celso. A candidatura Dilma e a política externa. **Jornal Estado de São Paulo**. 18 de set. 2010

²³ AZEREDO *apud* SHOLL, Paula. **Governo coloca credibilidade da política externa em risco**. Agência Tucana, 2010. BARBOSA, Rubens. **Entrevista concedida a Revista Veja sobre pontos polêmicos na Política Externa Brasileira em 31/08/2010**. 2010a

Na visão do partido²⁵ a proximidade com o governo venezuelano de Hugo Chávez, a comparação de presos políticos de Cuba a criminosos comuns brasileiros, a defesa do programa de desenvolvimento nuclear do Irã, que desafia a comunidade mundial com a criação de bomba atômica, são casos que têm colocado em xeque a credibilidade da política externa do Brasil.

Alguns Parlamentares do PSDB criticam o papel do Brasil no cenário político internacional e lamentam que o país esteja perdendo a postura de neutralidade e a qualidade de árbitro em contenciosos diplomáticos. "Na direção oposta da tradição diplomática nacional, o governo Lula conduz o Itamaraty para um caminho pragmático e perigoso".²⁶

3. A VISÃO PETISTA SOBRE A PEB

O Partido dos Trabalhadores pode ser considerado como o primeiro partido político brasileiro a tratar a política externa como uma política pública digna de reflexão e de amadurecimento. Desde sua criação, o PT já se preocupava com a posição do partido em relação aos assuntos internacionais, sejam relacionados à política externa brasileira ou à própria política internacional. Fizemos essa diferenciação da atuação do Partido dos Trabalhadores pelo fato de ser o responsável pela organização de diversos fóruns de debates que extrapolam os "simples" problemas da política externa brasileira, e transcendem para o espectro da discussão internacional. O Foro de São Paulo é o principal exemplo do pensamento internacional do Partido.²⁷

A principal proposta do grupo era buscar uma alternativa popular e democrática ao neoliberalismo, que estava entrando na fase de ampla implementação mundial, através de um modelo alternativo de desenvolvimento com justiça social. O fórum ainda apresenta uma forte atividade política no cenário

²⁴ *Apud* MELLO, Patrícia Campos, Com Serra, uma diplomacia clássica. **Estado de São Paulo – Caderno Especial “O Brasil no Mundo”**. 2010

²⁵ AZEREDO, Eduardo. **Discurso de análise da atuação da diplomacia brasileira em 2009 em 16/12/2009**. Senado Federal. 2009

²⁶ PSDB. **PSDB critica rumo da política exterior do governo Lula- Parlamentares rechaçam alinhamento à países autoritários**. 2009. Agência Tucana

²⁷ FORO DE SÃO PAULO. **Breve histórico**. 2009.

da esquerda latina, conseguindo reunir-se de forma significativa mantendo relações com outras iniciativas partidárias de reuniões partidárias, além de manter uma forte interlocução com os representantes dos movimentos e organizações sociais do continente, que tem por objetivos a construção de agendas e ações comuns.²⁸

Retornando o debate sobre a “política externa” petista, o PT em seu manifesto de fundação de 1980 já apresentava preocupações, de forte cunho socialista, com a política externa. No documento de fundação do partido já se encontravam pequenas reflexões sobre a luta contra o capitalismo e a favor do legítimo direito dos trabalhadores de conquistarem a independência nacional.

Posteriormente esses atributos foram incorporados ao Primeiro Programa do partido, datado de 1984, documento conhecido como “Programa, Manifesto e Estatuto”. Em tal programa, o item Independência Nacional²⁹ retomava itens como a luta contra o imperialismo e contra o capitalismo internacional, utilizando de uma política externa independente que respeitasse a autodeterminação dos povos e solidariedade aos povos oprimidos.

Na campanha presidencial de 1989, o partido não apresentou inovações relacionadas à política externa brasileira. O partido reafirmava os princípios tradicionais da PEB, não inovando em questões substanciais.

Em 1994, o partido criticava a ausência de um projeto nacional de desenvolvimento, pontuando que o Brasil deveria se inserir de forma soberana no mundo, mas de forma que fosse possível a alteração das forças de trabalho internacional.³⁰ No programa já é interessante notar as primeiras iniciativas de uma cooperação sul-sul, com as propostas de coordenação na agenda tecnológica e científica com a China, Rússia, Índia e África do Sul.

Na sua terceira tentativa de alcançar a presidência, o foco da política externa petista era a reforma dos órgãos multilaterais principalmente ONU, FMI e OMC, além da intenção de fortalecer as relações do país com a América Latina e África

²⁸ Idem.

²⁹ PT. **Manifesto, Programa, Estatuto**.1984

³⁰ PT *apud* ALMEIDA, Paulo Roberto de. A Política Internacional do Partido dos Trabalhadores: Da Fundação à Diplomacia do Governo Lula. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 20, p. 87-102, jun. 2002

Meridional³¹. O ponto mais forte, e que o partido mais se pronunciava era em relação à ALCA e as propostas neoliberais e de globalização.

Essa postura se manteve na linha partidária até meados da campanha presidencial de 2002, na qual o partido começou a amenizar seus velhos clichês, de “forma a se adequarem as novas realidades e a coalizão de forças com grupos nacionais moderados”³², que culminou na própria mudança de atitude do partido acerca da área de livre comércio, e de outras questões outrora controversas.

a. COMÉRCIO INTERNACIONAL

A principal característica do pensamento petista sobre o comércio internacional é o questionamento da correspondência entre o livre-comércio e a prática comercial internacional. A indagação petista extrapola a discussão superficial sobre o livre comércio. A proposta petista busca “aprofundar a relação entre comércio e desenvolvimento econômico, particularmente a afirmação de que o livre-comércio é um fator fundamental para o crescimento da economia³³.”

Em seu livro, o ex-secretário de Relações Internacionais do município de São Paulo, e ex- secretário de Relações Internacionais da Central Única dos Trabalhadores do Brasil, Kjeld Jakobsen apresenta críticas ao discurso dominante no comércio internacional para justificar a adesão dos diferentes países ao liberalismo econômico e às regras da OMC.

De acordo com a visão petista, existem discursos errôneos sobre o livre comércio e as vantagens decorrentes dessa visão. Para o partido o pensamento liberal [e neoliberal] nunca foi capaz de colocar em prática seus preceitos de igualdade de condições entre os países e principalmente a questão da liberdade comercial. O Partido faz alusão que atualmente é “vedado aos países que hoje lutam pelo desenvolvimento utilizar as mesmas políticas que favoreceram os atuais países industrializados no passado.”³⁴

³¹ ALMEIDA, op. cit

³² Idem, p. 92

³³ JAKOBSEN, Kjeld. **Comércio internacional e desenvolvimento - Do Gatt à OMC: discurso e prática**. Ed. Fundação Perseu Abramo. 2005

³⁴ Idem.

Para o PT, se nem mesmo as discussões sobre as *commodities* e produtos agrícolas ainda não chegaram a um consenso, colocando em dúvida a máxima de que o livre comércio seria o caminho para o pleno desenvolvimento e que bastaria aos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento segui-lo para alcançar o crescimento econômico. Existe essa descrença em relação ao “poder” neoliberal como motor para o desenvolvimento de todos os países, por crer que exista atualmente uma assimetria de acesso aos mercados internacionais. Os países menos desenvolvidos ou em desenvolvimento

não possuem sequer o mesmo acesso aos mercados que os atuais países industrializados tiveram para vender os seus produtos primários, pois os preços de commodities vêm caindo e o comércio de produtos agrícolas é altamente distorcido por subsídios. É importante lembrar que todos os países desenvolvidos inauguraram sua participação no comércio mundial com a exportação de produtos primários. (JAKOBSEN, 2005).

Aliado a essa falsa condição de acesso, de acordo com o PT, as estruturas regulatórias do comércio de bens industriais criadas no pós segunda guerra só fizeram aumentar as diferenças existentes entre os países pertencentes a chamada economia internacional, inclusive, e inicialmente, com a própria adoção do GATT como mecanismo de controle do comércio internacional. Com a implementação do acordo geral, os países protegidos por tarifas mais elevadas levaram vantagem naquele momento, pois “iniciaram as reduções tarifárias, que eram lineares, a partir de patamares mais altos que os outros”.³⁵

A cláusula 102 da Proposta de Resolução da Secretaria de Relações Internacionais do PT, apresentada no IV Congresso do partido em 2010 propõe a superação do neoliberalismo e também do capitalismo, exigindo diferentes estratégias de resistência, de construção do poder e do socialismo. Para tal o partido apoia as iniciativas de integração regional, que reduziram as desigualdades & assimetrias, seja para atuar internacionalmente como bloco, seja para aproveitar melhor as potencialidades da América do Sul³⁶.

Para solucionar essas assimetrias o Partido dos Trabalhadores³⁷ propõe

³⁵ Idem.

³⁶ PT. **Resolução aprovada pelo 4º Congresso sobre Diretrizes do Programa de Governo 2011 – 2014.** 2010c

³⁷ JAKOBSEN, op cit. PT, op cit

algumas alternativas de reformas para as instituições e regimes do comércio. O primeiro ponto seria permitir um tratamento especial para os países menos desenvolvidos, seguido do fim da adesão ao livre-comércio como condição para ter acesso a recursos do FMI e do Banco Mundial e a manutenção das reformas já iniciadas nesses dois organismos de fomento internacional.

Na linha da nova arquitetura do sistema financeiro/comercial internacional estariam as propostas de reforma da OMC para assegurar transparência e democracia no seu funcionamento de acordo com as propostas das ONGs e da realização de auditorias periódicas sobre a evolução do comércio mundial e distribuição de seus resultados.

Para tal, os regimes internacionais deveriam garantir uma maior disciplina sobre as ações das corporações transnacionais, criação de um fundo para garantir os preços das commodities e fim dos subsídios à exportação de produtos agrícolas, que seriam alcançados na conclusão da Rodada de Doha, favorecendo os países pobres e em desenvolvimento e, no âmbito do G-20, contribuindo para a aplicação de políticas anticíclicas que permitam a retomada do crescimento e, sobretudo, o combate ao desemprego no mundo.

b. A FORMAÇÃO DE PARCERIAS ESTRATÉGICAS

A principal característica da política de parcerias internacionais do PT é marcada pelo conceito da pluralidade e da cooperação sul-sul. O PT apóia a política do governo Lula de abertura de novas embaixadas brasileiras em capitais da África e da Ásia, como exemplo da ampliação das parcerias estratégicas, além do contato estratégico com o Oriente Médio, e a aproximação com a América Latina³⁸.

Encontramos indícios dessa aproximação horizontal do país já no início do primeiro governo Lula, a proposta do PT para seu governo já pretendia conduzir uma “aproximação com países de importância regional, como África do Sul, Índia, China e Rússia”, com o objetivo de “construir sólidas relações bilaterais e articular esforços a fim de democratizar as relações internacionais e os organismos multilaterais.”³⁹

³⁸ PT, op. cit

³⁹ DA SILVA, Luís Inácio Lula. **Programa de Governo**. 2002

A candidata a sucessão presidencial Dilma Rousseff reafirma essa postura ao colocar como ponto de sua política externa o fortalecimento das relações Sul-Sul, especialmente com os países africanos e com o IBAS e os BRIC's. Ao mesmo tempo, o Brasil mantém as tradicionais e sólidas relações com os Estados Unidos e com a União Européia, sendo a diplomacia brasileira fiel aos princípios do multilateralismo na busca das reformas das instituições internacionais além da defesa de um relacionamento soberano com os países desenvolvidos no âmbito bilateral ou em instâncias como o G20.⁴⁰

Sem desconhecer nossas relações tradicionais – com Europa e Estados Unidos – fizemos um forte movimento em direção ao sul do planeta. Daí nossa política em relação à África, países árabes, China e Índia. Disso resultam novas alianças como o IBAS ou o BRIC, que expressam a nova configuração do mundo. É isso que explica por que a voz do Brasil se fez ouvir mais forte em distintos foros mundiais. (ROUSSEFF, 2010)

O partido⁴¹ acredita que essa maior articulação política entre os países do Sul alavancou a capacidade de barganha frente às potências ocidentais, o que garante informação de primeira-mão em ambientes cada vez mais cruciais para o desenvolvimento econômico mundial e contribui para o desenvolvimento sustentável desses países, interessante para o Brasil no longo prazo.

O direcionamento da política externa, de acordo com o líder petista na Câmara Federal Fernando Ferro⁴², garante a valorização de laços culturais entre os povos, ferramenta importante para a promoção de um desenvolvimento que combata as assimetrias entre as economias desses países, que finalmente despertaram para o potencial de um relacionamento mais estreito entre os países.

Outra característica das parcerias internacionais do PT é a formação de parcerias entre os partidos e lideranças com os quais possui algum grau de identidade, por isso o partido segue priorizando o Foro de São Paulo como instância comprometida com a confraternização, o diálogo, o intercâmbio de experiências, a solidariedade e a unidade de ação de amplos setores da esquerda do continente, sem perder de vista a pluralidade política e a diversidade cultural latinoamericana e

⁴⁰ ROUSSEFF, Dilma. **Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira**. 2010

⁴¹ SOUZA, Marcos Rogério de; RIBEIRO, Ricardo Leito **Política externa do Governo Lula**. 2010.

⁴² FERRO, Fernando. **Cooperação necessária**. 2010.

caribenha.⁴³

Na região o partido continua se articulando com outros partidos, movimentos sociais, intelectualidade progressista e instituições de diferentes tipos, de forma que o projeto de integração idealizado pelo PT não fosse apenas um projeto abraçado apenas pelos governos e burocracias estatais. Destacam nesse sentido, iniciativas como o Fórum de São Paulo, o Fórum Social Mundial e a Aliança Social Continental. Esta última desenvolve importante trabalho de intercâmbio e busca de consenso em torno da construção de um projeto de integração regional solidário.⁴⁴

4. CONCLUSÕES

A participação partidária permite que indivíduos, temas e opiniões antes marginalizadas da política externa venham à tona e se apresentem para a comunidade nacional. Os partidos possuem como arena de atuação natural o ambiente legislativo, o qual possui seus trabalhos amplamente expostos pela mídia nacional, característica qual permite que a opinião pública passe a se interessar pelo tema.

Acreditamos que a transferência dos ideários partidários para a política externa é algo quase natural na dinâmica da política brasileira. Quando um político assume o poder, ele busca transferir para suas ações as linhas e diretrizes de seus programas de governo. Não podemos negar que ocorra a transferência para a política externa, mesmo se utilizarmos o argumento de que a política externa é uma política blindada aos anseios políticos e passionais.

Percebemos no caso do PSBD uma postura de política externa alinhada a proposta ideológica do partido. No processo decisório do comércio temos a proposta de separação do Itamaraty e o fortalecimento da CAMEX, além da intensificação da participação empresarial na formulação da mesma, a qual demonstra de certa forma, o peso dos empresários dentro dos partidos. O alinhamento preferencial ao grande centro capitalista internacional é amplamente defendida pelo partido, uma vez que tem o foco principal no questionamento do alinhamento brasileiro ao terceiro mundo

⁴³ PT. Política Internacional do PT - Proposta de Resolução apresentada pela Secretaria de Relações Internacionais. 2010b. In: **Cadernos de textos para o 4º Congresso do PT Vol. 2**

e a esquerda latina e mundial, acreditando que essa opção não é benéfica para o desenvolvimento nacional. Um ponto que conjuga os dois itens analisado é a noção de inserção globalizada, a qual advém do líder e ex-presidente FHC.

No caso do PT, já vemos uma postura com reflexos do pensamento da esquerda nacional e latina. A preferência pelas parcerias plurais e cooperação sul-sul evidencia o caráter universalista do Partido dos Trabalhadores e do seu principal líder. De forma contrária ao PSDB, o PT defende que o país não deve se inserir nas regras do jogo da forma nas quais elas se encontram, o país deve se inserir na lógica de globalização, mas utilizando essa inserção para modificar o atual cenário, e por isso defende as reformas dos organismos e inclusive, da própria noção de livre comércio.

Dentro dessa argumentação sobre a impossibilidade de uma política apartidária, ou sem preferências ideológicas, gostaríamos de apresentar uma proposição de que a política externa sofre com a influência dos partidos políticos, em decorrência da posição que os partidos políticos possuem na estrutura governamental e no processo de formulação das políticas públicas brasileiras. Nesse sentido é importante perceber que o *locus* no qual os partidos estão enquadrados, impacta na formulação da política externa.

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, a política externa teve como linha mestra a visão de mundo propiciada pelo PSDB, enquanto o PT na oposição adotava uma postura mais crítica em relação ao governo. Na época presenciamos inúmeras declarações petistas denunciando a postura neoliberal que a política externa adotava. Com sua ascensão ao governo, o PT passa a ser o responsável pela condução da política externa, e de certa forma revê sua postura enquanto oposição, adotando posição mais moderada à política externa, mas não deixando de transferir para a política algumas linhas de seu pensamento.

Outro fator interessante sobre a importância que a posição política, é a distribuição dos partidários dentro do processo de formulação da política externa. Como apresentado por Almeida⁴⁵, os partidos inúmeras vezes confiaram o Ministério

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ ALMEIDA, Paulo Roberto de. Os Partidos Políticos nas Relações Internacionais do Brasil - 1930-90. **Contexto Internacional**. Vol. 14, n°2, jul/dez. 1992.

das Relações Exteriores e os espaços decisórios a seus correligionários políticos, fato que não deixou de ser realizado na nossa “Nova República”, iniciando com Olavo Setubal – fundador do PP -, passando por Fernando Henrique Cardoso – fundador do PSDB -, o próprio Celso Lafer, que outrora fora Ministro do Desenvolvimento do Governo FHC, até o atual Ministro Celso Amorim, filiado ao PT.

Cabe ressaltar, no entanto, que a aumento participação na política externa pode ser considerado um fenômeno da atual conjuntura brasileira. Historicamente consideramos não existir uma participação efetiva, apesar de devido à extrema apatia dos partidos políticos sobre as questões da política externa. Os partidos não apresentavam programas consistentes com relação ao tema, e não se preocupavam em participar da discussão da política externa – tanto governo quanto oposição.

Com a politização recente da PEB, aliada ao processo de abertura do Itamaraty às demandas da sociedade e a percepção dos partidos sobre a importância dos temas externos para a sobrevivência dos seus governos, os partidos políticos começaram a fazer parte da comunidade da política externa brasileira, iniciando um dos principais debates acerca do tema, trazendo para o ambiente partidário os temas da política externa, aumentando gradativamente a participação dos partidos na PEB.

Consideramos que a tendência da participação partidária na PEB é aumentar, em função da própria lógica de competição política na qual os partidos estão inseridos busca. Ao perceber que o partido X passa a propor direções para a política externa e tem a possibilidade de liderar a formulação da política, o partido Y também começa a perceber a importância da mesma e inicia a pensar proposições de acordo com a visão do partido, e assim por diante.

É importante salientar que em nenhum momento consideramos a participação única e direta dos partidos na formulação da política. O processo de formulação da política externa envolve muito mais atores e, especialmente, é conduzida por uma burocracia, que de certa forma, tende a manutenção de uma política coesa no tempo. Acreditamos que a variável partidária é apenas uma das matrizes ideológicas que influenciam o processo de decisão da política externa a qual não deve ser observada baseada na existência ou não, uma vez que essa é pontual e gradativa.

Porém, o partido no governo, apesar de possuir os mais poderosos mecanismos de ação, não tem a liberdade para agir de forma unilateral sem considerar os interesses de outros grupos e setores da sociedade nacional. Os partidos sempre estão em constante negociação para conseguir alcançar seus objetivos políticos, e no caso da política externa soma-se a essa gama de barganhas, as responsabilidades que o partido assume de compromissos fixados pelos governos passados, garantindo que a política externa brasileira não se torne uma política de governo, mas como muito defendem seja mantida como uma política de estado, pensada em médio-longo prazo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. Os Partidos Políticos nas Relações Internacionais do Brasil - 1930-90. **Contexto Internacional**. Vol. 14, nº2, jul/dez. 1992.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. A Política Internacional do Partido dos Trabalhadores: Da Fundação à Diplomacia do Governo Lula. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 20, p. 87-102, jun. 2002
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. A Política Externa nas Campanhas Presidenciais, de 1989 a 2002, e a diplomacia do governo Lula. In: ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Relações internacionais e política externa do Brasil: história e sociologia da diplomacia brasileira**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2004
- AZEREDO, Eduardo. **Discurso de análise da atuação da diplomacia brasileira em 2009 em 16/12/2009**. Senado Federal. 2009
- BARBOSA, Rubens. **Palestra Concedida no Seminário Desafios do Brasil no Mundo Globalizado – 3º Congresso do PSDB**. 2007. Nov. de 2007. Disponível em: <<http://www.congressodopsdb.org.br/#>> Acesso em: 02 out. de 2010
- BARBOSA, Rubens. O Impasse de Doha e o Comércio Externo Brasileiro. **Revista Interesse Nacional**. Ano 1 - Edição 4 – Jan/Mar. 2009
- BARBOSA, Rubens. **Entrevista concedida a Revista Veja sobre pontos polêmicos na Política Externa Brasileira em 31/08/2010**. 2010a. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/brasil-nao-pode-respaldar-ditaduras-diz-o-diplomata-rubens-barbosa>> Acesso em: 27. Out de 2010.
- BARBOSA, Rubens. **Notas sobre Comércio Exterior**. 2010b. Disponível em: <<http://www.rbarbosaconsult.com.br/artigo-notas-sobre-comercio-exterior-25-11-09.asp>> Acesso em: 25 de out 2010
- BRASIL REAL. **O dilema das exportações** 2009. Cartas de Conjuntura. Instituto Teotônio Vilela. , Nº 48, Ago.
- BRASIL REAL. **A marcha ré do comércio exterior brasileiro**. 2010. Cartas de Conjuntura. Instituto Teotônio Vilela. , Nº 56, Jan.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Plano de Governo**. 1998
- DA SILVA, Luís Inácio Lula. **Programa de Governo**. 2002
- FERRO, Fernando. **Cooperação necessária**. 2010. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/portalpt/noticias/governo-lula-10/fernando-ferro:-cooperacao->

necessaria-4176.html> **Acesso em: 27 out de 2010**

FORO DE SÃO PAULO. **Breve histórico**. 2009. Disponível em:

<<http://www.pt.org.br/portalpt/secretarias/relacoes-internacionais-13/foro-de-sao-paulo-154/pagina-1/>> Acesso em: 15 de Nov. 2010.

JAKOBSEN, Kjeld. **Comércio internacional e desenvolvimento - Do Gatt à OMC: discurso e prática**. Ed. Fundação Perseu Abramo. 2005

LAFER, Celso. A candidatura Dilma e a política externa. **Jornal Estado de São Paulo**. 18 de set. 2010

MELLO, Patrícia Campos, Com Serra, uma diplomacia clássica. **Estado de São Paulo – Caderno Especial “O Brasil no Mundo”**. 2010. Disponível em:

<<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,com-serra-uma-diplomacia-classica,592189,0.htm>> . Acesso em: 29 de set 2010.

PSBD. **Manifesto, Programa, Estatuto**. 1985

PSDB. **Programa Partidário**. 2007. Brasília. Nov.

PSDB. **PSDB critica rumo da política exterior do governo Lula- Parlamentares rechaçam alinhamento à países autoritários**. 2009. Agência Tucana. Disponível em: <<https://www2.psdb.org.br/index.php/agencia-tucana/noticias/psdb-critica-rumo-da-politica-exterior-do-governo-lula/>> Acesso em: 18 de Nov. 2010

PT. **Manifesto, Programa, Estatuto**. 1984

PT. Política Internacional do PT - Proposta de Resolução apresentada pela Secretaria de Relações Internacionais. 2010b. In: **Cadernos de textos para o 4º Congresso do PT Vol. 2**

PT. **Resolução aprovada pelo 4º Congresso sobre Diretrizes do Programa de Governo 2011 – 2014**. 2010c. Disponível em:

<http://www.pt.org.br/portalpt/noticias/eleicoes-2010-11/leia-resolucao-aprovada-pelo-4o-congresso-sobre-diretrizes-do-programa-de-governo-3264.html>. Acesso em: 24 de out. 2010.

ROUSSEFF, Dilma. **Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira**. 2010. Disponível em:

<<http://www.pt.org.br/portalpt/dados/bancoimg/101025143658BookOs13compromissoBaixa25-10-10-1%5B2%5D.pdf>> Acesso em: 27 out. de 2010

SHOLL, Paula. **Governo coloca credibilidade da política externa em risco**.

Agência Tucana. Disponível em: < <https://www2.psdb.org.br/index.php/agencia-tucana/noticias/governo-coloca-credibilidade-da-politica-externa-em-risco/>> Acesso em: 15 de out. 2010

SERRA, José. **Programa de Governo -Uma Agenda para o Desenvolvimento Sustentável do Brasil**. 2010a

SERRA, José. **Serra critica comércio exterior**. Jornal O Hoje. 2010b Disponível em: <http://www.ohoje.com.br/politica/19-08-2010-serra-critica-comercio-exterior/>> Acesso em: 25 de out. 2010.

SOUZA, Marcos Rogério de; RIBEIRO, Ricardo Leito **Política externa do Governo Lula**. 2010. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/portalpt/noticias/eleicoes-2010-11/politica-externa-do-governo-lula-27101.html>> Acesso em: 27 out de 2010.

VELLOZO LUCAS, Luiz Paulo. Baixos investimentos retardam o crescimento do país. **Diário Tucano**. 2010. Disponível em:

<<http://www.psdb.org.br/index.php/agencia-tucana/noticias/baixos-investimentos-retardam-o-crescimento-do-pais-diz-vellozo-lucas/>> Acesso em: 20 de out. 2010